

## **IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE INDICADORES DE DESIGUALDADE E POBREZA**

Jordana de Menezes Cardoso<sup>1</sup>; Marianne Zwilling Stampe<sup>2</sup>, Thais Waindeman Niquito<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Econômicas – ESAG – bolsista PROBIC/UDESC

<sup>2</sup> Professora, Departamento de Ciências Econômicas – ESAG

<sup>3</sup> Orientadora, Departamento de Ciências Econômicas – ESAG – twaideman@gmail.com

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Desigualdade e Pobreza. Modelo de Diferença em Diferença.

O presente artigo busca avaliar os impactos do Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda do governo federal que teve início 2003, e teve por objetivo avaliar seus impactos sobre desigualdade e pobreza. A abrangência do estudo se dá a nível nacional, regional e ao estado de Santa Catarina. A estimação foi feita através de um modelo de diferenças em diferenças.

Diversos estudos (CANÊDO-PINHEIRO, 2015; LICIO et al., 2009; MARQUES et al., 2009; NICOLAU e PEIXOTO, 2007; PEREIRA et al., 2015; SANCHES CORRÊA, 2015; SHIKIDA et al., 2009; BARROS et al., 2007; Hoffmann, 2010; SOARES, et al., 2006; SOARES et al., 2007; SOARES, et al., 2009; SOARES et al., 2010; FREIRE et al., 2013; BRAIDO et al., 2012; DE BEM LIGNANI et al., 2011; COTTA E MACHADO, 2013; CARVALHO et al., 2015; ARAÚJO et al., 2010; BATISTA DE OLIVEIRA e SOARES, 2013; CAMARGO e PAZELLO, 2014; FERRO et al., 2010; GLEWWE e KASSOUF, 2012; CAMELO et al., 2009; RASELLA et al., 2013; SHEI et al., 2014; DE ARAÚJO et al., 2014; FERRO et al., 2010; CECHIN et al., 2015; ROCHA, 2009; SIGNORINI e QUEIROZ, 2011; SIMÕES e SOARES, 2012) foram feitos referente ao impacto do Programa Bolsa Família ao longo de sua vigência, tais como: análise do impacto sobre saúde, educação, taxa de fecundidade, mercado de trabalho, perfil de consumo das famílias contempladas pelo programa. A fim de contribuir para a literatura o enfoque se deu sobre indicadores de desigualdade e pobreza. A avaliação em termos de municípios brasileiros consiste na avaliação sobre os impactos na proporção de pobres por municípios, proporção de crianças pobres e o índice de Theil.

Para a estratégia empírica, modelo de diferença em diferença com efeito fixo sobre os municípios, foram utilizados os dados do Censo de 2000 (período pré-tratamento) e 2010 os testes se dão na hipótese que a implementação do programa causa os mesmos efeitos em municípios contemplados e não contemplados. A equação estimada foi a seguinte:

$$y_{mt} = \alpha_0 + \alpha_1 * Ano_t + \alpha_2 * (PBF_m * Ano_t) + \varphi' * X_{mt} + \theta_{mt} + \varepsilon_{mt} \quad (1)$$

em que  $y_{mt}$  representa para o município  $m$  no ano  $t$  uma das variáveis de interesse (proporção de pobres, proporção de crianças pobres ou índice de Theil);  $Ano_t$  é uma variável *dummy* que será igual a zero no ano 2000 e igual a 1 no ano 2010;  $PBF_m$  é a proporção de pessoas contempladas

pelo programa em relação a população total do município;  $X_{mt}$  é um conjunto de variáveis de controle demográfico que podem se alterar ao longo do tempo;  $\theta_{mt}$  variável de efeito fixo para o município e  $\varepsilon_{mt}$  é o termo de erro aleatório. Dentre o conjunto de parâmetros estimados ( $\alpha_0, \alpha_1, \alpha_2, \varphi'$ ), nosso coeficiente de interesse é o  $\alpha_2$  que captura os efeitos do programa. A identificação dos impactos do PBF está baseada nas diferenças das variações da incidência do programa entre os municípios e os anos. Para o teste de falsificação o modelo foi estimado para os anos de 1991 e 2000, aonde a variável *dummy* seria igual a 1 em 2000, e o coeficiente  $\alpha_2$  deveria ser estatisticamente igual a zero, dado que ambos os anos são anteriores ao programa, nos permitindo avaliar a robustez do modelo estimado.

Conseguimos observar uma queda na proporção de pobres de 39,96% em 2000 para 22,49% em 2010, a proporção de crianças pobres caiu de 51,98% em 2000 para 33,07% em 2010 e o índice de Theil foi de 0,52 para 0,45. Logo, conseguimos inferir melhora nos indicadores de desigualdade e pobreza avaliados por este trabalho.

É possível observar que o PBF contribuiu para a redução da pobreza nos municípios. Para cada 1 ponto percentual (p.p.) a mais de pessoas que recebem o benefício no município, foi estimada uma queda de 1,21 p.p. na proporção de pobres e de 0,92 p.p. na proporção de crianças pobres. Por sua vez, as estimativas indicam que o programa aumenta a desigualdade de renda observada nos municípios. Para cada 1 p.p. a mais de pessoas que recebem o benefício, foi reportado aumento de 0,0045 no índice de Theil. Esses resultados divergem da maioria dos estudos que abordam o tema para o período, embora os estudos que tenham encontrado uma redução da desigualdade tenham utilizado o índice de Gini e não o de Theil.